

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF MARCUS VINICIUS POVOA NOBRICA

A GUERRA FRIA NA ANTÁRTICA:

as ações das duas superpotências no sexto continente à luz da Teoria Neorrealista.

Rio de Janeiro

2018

CF MARCUS VINICIUS POVOA NOBRICA

A GUERRA FRIA NA ANTÁRTICA:

as ações das duas superpotências no sexto continente à luz da Teoria Neorrealista.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de
Mattos.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço por sempre ter me ajudado a conduzir o grande barco de minha vida.

À minha mulher, Ancilda, meu porto seguro, agradeço pelo apoio incondicional ao entender meus momentos de ausência e minhas aflições acadêmicas, desde o Exame de Seleção ao C-EMOS. Eu te amo! Envelhecemos juntos!

Aos meus pais, Paulo e Fatima, agradeço pela excelente educação que me foi proporcionada e pelas orações ininterruptas.

Ao meu filho, Marcus Paulo, maior amor de minha vida e minha maior obra, dedico mais esta vitória.

À minha irmã, Luciana Pova, agradeço pela disponibilidade singular ao criticar construtivamente este trabalho.

Ao Sr. Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, meu orientador, agradeço imensamente pela atenção, cordialidade e orientações seguras que foram essenciais para a consecução desta dissertação. Vossa inteligência, sede de conhecimento e disponibilidade servirão como pedra angular na nova construção de minha carreira naval.

Aos novos e antigos amigos da turma C-EMOS 2018, sou grato pela camaradagem e pelo apoio mútuo.

À Escola de Guerra Naval e à Marinha do Brasil, minha dileta carreira, sou eternamente grato por essa oportunidade ímpar de crescimento profissional e pessoal.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar as ações dos Estados Unidos da América (EUA) e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Antártica, durante a Guerra Fria (1947-1991), considerando que tais ações ocorreram em consonância com a Teoria Neorrealista de Kenneth N. Waltz (1924-2013), o que foi tomado como hipótese nesta pesquisa. A relevância do tema reside na oportunidade de ser possível compreender a importância geopolítica da Antártica para as então denominadas superpotências de uma época na qual, em um mundo bipolarizado e com diversas prioridades de alto custo, os Estados supracitados voltaram suas atenções para a aludida região. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental a fim de se efetuar um confronto entre as ações dos EUA e da ex-URSS na Antártica, durante a Guerra Fria, e a Teoria Neorrealista de Waltz. Sendo assim, a pesquisa foi estruturada em três capítulos: o capítulo dois apresentou a teoria de Kenneth Neal Waltz (1924-2013), considerado o pai do chamado Neorrealismo ou Realismo Estrutural, cuja estrutura deriva da análise do que o autor designou como “as três imagens”, que dizem respeito às possíveis causas dos conflitos. O capítulo três abordou aspectos relacionados à Antártica, tais como suas características histórico-geográficas, sua importância geoestratégica e os acordos celebrados à época. O capítulo quatro trouxe à tona as causas e fatos mais relevantes da Guerra Fria, bem como informações sucintas acerca dos governantes e da situação interna das superpotências, enfatizando-se o comportamento adotado pelas mesmas e por outros Estados territorialistas no continente gelado. Por fim, foi estabelecida uma relação entre a teoria abordada e o conflito supracitado, tendo sido confirmada a hipótese formulada, ou seja, as ações adotadas pelos EUA e pela ex-URSS na Antártica, durante a Guerra Fria, ocorreram em consonância com a Teoria Neorrealista.

Palavras-chave: Antártica. Guerra Fria. Estados Unidos da América. Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Teoria Neorrealista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa da Antártica.....	52
Figura 2 –	Densidade global de Rotas Marítimas Comerciais.....	53
Figura 3 –	Mapa ilustrativo de depósitos de minerais existentes na Antártica.....	53
Figura 4 –	Depósitos de minerais disponíveis na Antártica.....	54
Figura 5 –	Estação antártica norte-americana de <i>Mc Murdo</i> , em 1969.....	55
Figura 6 –	Tomada aérea da estação antártica norte-americana de <i>Amundsen-Scott</i> , em 1983.....	55
Figura 7 –	Foto noturna da estação antártica russa (outrora soviética) <i>Mirny</i> , em 1985.....	55
Figura 8 –	Tomada aérea da estação antártica russa (outrora soviética) <i>Vostok</i>	56
Figura 9 –	Mapa de territórios antárticos reivindicados.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI	Ano Geofísico Internacional
ATCM	<i>Antarctic Treaty Consultative Meetings</i>
CCAMLR	<i>Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources</i>
CCAS	<i>Conservation Commission of Antarctic Seals</i>
COMNAP	<i>Council of Managers of National Antarctic Programs</i>
CRAMRA	<i>Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities</i>
EUA	Estados Unidos da América
ICSU	<i>International Council of Scientific Unions</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
SCAR	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i>
SGM	Segunda Guerra Mundial
SI	Sistema Internacional
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
CLCS	<i>Commission on the Limits of the Continental Shelf</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A TEORIA NEORREALISTA.....	11
2.1	As três imagens de Waltz: os alicerces do Neorrealismo.....	11
2.2	Os três pilares da estrutura do SI.....	13
3	A ANTÁRTICA.....	17
3.1	Características gerais e interesses.....	17
3.2	Um breve histórico sobre as primeiras explorações.....	19
3.3	O Ano Geofísico Internacional, o SCAR e o Tratado Antártico.....	21
4	A GUERRA FRIA NA ANTÁRTICA.....	24
4.1	A origem da Guerra Fria.....	24
4.2	As superpotências: principais líderes, situação interna e o SI.....	26
4.3	EUA, ex-URSS e outros atores do SI na Antártica.....	37
5	CONCLUSÃO.....	46
	REFERÊNCIAS.....	49
	ILUSTRAÇÕES.....	52

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do processo evolutivo humano, deparamo-nos frequentemente com conflitos motivados pelos mais variados interesses. Nesse contexto, um período e uma região do planeta merecem destaque, devido às peculiaridades apresentadas: a Guerra Fria (1947-1991)¹ e a Antártica, respectivamente. Apesar de vários Estados terem sido inseridos no aludido conflito e nos assuntos inerentes ao continente supracitado, dois atores do chamado Sistema Internacional (SI)² apresentaram-se como protagonistas: os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as denominadas superpotências.

Em 1959, ou seja, durante a Guerra Fria, Kenneth Neal Waltz (1924-2013) apresentou os alicerces do chamado Neorrealismo ou Realismo Estrutural³ em sua obra *Man, the State and war: a theoretical analysis*, na qual as causas dos conflitos entre Estados são explicadas em três níveis de análise, sendo cada um denominado “imagem”: a natureza e o comportamento humano, a organização interna dos Estados e o sistema de Estados. Em 1979, o autor consolida o Neorrealismo como teoria em sua obra *Theory of International Politics*, definindo o papel dos Estados no SI pautado em três pilares, a serem detalhados, oportunamente, nesta pesquisa.

O propósito deste trabalho é, portanto, analisar as ações dos EUA e da ex-URSS na Antártica durante a Guerra Fria, considerando que as mesmas ocorreram em consonância com a Teoria Neorrealista, o que foi tomado como hipótese.

¹ Alguns autores divergem em relação ao fim da Guerra Fria. Há uma linha que atribui o fim do conflito à queda do muro de Berlim (1989) e há outra vertente que considera o fim da ex-URSS (1991) o seu ocaso. Neste trabalho, consideraremos o período compreendido entre 1947 e 1991.

² A característica básica do SI é a anarquia, representada pela ausência de um governo ou leis que estabeleçam parâmetros regulatórios para estas relações, em contraposição ao sistema doméstico dos Estados. A partir deste princípio, a ordem internacional é definida por meio dos intercâmbios e choques que se estabelecem entre os atores da política internacional (PECEQUILO, 2012).

³ Neste trabalho, adotaremos as expressões “Teoria Neorrealista” ou “Neorrealismo”.

Um continente com extensão territorial maior do que, por exemplo, as terras contíguas dos EUA e do México somadas; lindeiro a três oceanos e importantes rotas marítimas comerciais; detentor da maior reserva de água doce do mundo e de riquezas minerais, tais como o petróleo e cobiçado pela comunidade científica de diversos campos do conhecimento, a Antártica despertou o interesse dos Estados, fato comprovado com a assinatura do Tratado Antártico, em 1959.

A relevância do tema reside na oportunidade de compreender a importância geopolítica da Antártica para as chamadas superpotências de uma época em que, em um mundo bipolarizado e com diversas prioridades de alto custo, tais Estados voltaram suas atenções para a aludida região. Ademais, devido à relevância do local estudado e mediante uma possível futura bipolaridade, no contexto que vem sendo denominado como “Nova Guerra Fria”, propor-se-á, ao final desta pesquisa, um estudo alusivo aos interesses pósteros no sexto continente.

Para a consecução do supramencionado objetivo, a metodologia aplicada neste trabalho é um confronto entre a teoria e a realidade, baseado em uma pesquisa bibliográfica e documental, aplicando-se a Teoria Neorrealista de Waltz às ações dos EUA e da ex-URSS na Antártica, durante a Guerra Fria.

No segundo capítulo, apresentar-se-á a fundamentação teórica alusiva ao Neorrealismo a fim de que possamos compreender, à luz de suas ideias, o papel dos Estados nas Relações Internacionais, permitindo-nos examinar, em particular, a atuação das superpotências durante o conflito selecionado.

No terceiro capítulo, serão destacadas algumas considerações acerca da Antártica, também conhecida como “o sexto continente” ou “continente gelado”, fundamentalmente no que diz respeito aos aspectos histórico-geográficos e acordos celebrados sob perspectivas militares, científicas e ambientais.

No quarto capítulo, traremos considerações sobre a Guerra Fria, onde serão enfatizadas as características dos principais líderes, a situação interna e as ações das superpotências na Antártica, ressaltando seus interesses e o comportamento do SI diante de tal quadro.

No último capítulo, será elaborada uma análise conclusiva acerca do confronto entre a teoria apresentada e a realidade vivenciada no contexto histórico-geográfico escolhido.

Sendo assim, desencadaremos, a seguir, o estudo proposto, apresentando as considerações mais relevantes alusivas à Teoria Neorrealista.

2 A TEORIA NEORREALISTA

No presente capítulo, abordar-se-ão as principais características da Teoria Neorrealista desenvolvida pelo cientista político estadunidense Kenneth N. Waltz em suas obras basilares atinentes ao assunto: *Man, the state and war: a theoretical analysis e Theory of International Politics*, publicadas em 1959 e 1979, respectivamente, ou seja, durante a Guerra Fria. A primeira obra apresenta os alicerces da segunda, na qual o Neorrealismo é consolidado como teoria política. Passaremos, pois, a discorrer nossa análise sobre o assunto em lide.

2.1 As três imagens de Waltz: os alicerces do Neorrealismo

Como já brevemente supracitado, em 1959, Waltz publica o livro *Man, the state and war: a theoretical analysis*, considerado a pedra angular de sua obra Neorrealista, em que as causas dos conflitos entre Estados são apresentadas em três níveis de análise, denominados “imagens”, ou seja, pontos de vista diferentes por meio dos quais a política internacional poderia ser observada.

No que concerne à primeira imagem, as causas dos conflitos residem na natureza e no comportamento humano. Egoístas, os homens tendem a buscar seus interesses; agressivos, não titubeiam em empregar, se preciso for, a força. Waltz (2004) apregoa que há autores otimistas e pessimistas, que concordam com as definições alusivas às causas dos conflitos, mas que divergem sobre o que se pode fazer com relação a elas. Tal imagem é representativa do Realismo Clássico, encontrado, por exemplo, em Hans Morgenthau (1904-1980), que aponta a regência da política internacional por leis oriundas da natureza e do comportamento humano, ou seja, explicita que a relação entre os Estados é correferente a dos homens, os quais, sobretudo, ambicionam o Poder. Morgenthau (2003, p.199) define este

ponto-chave como “a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, esse que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social um com os outros.”

Nesse contexto, Waltz discorda do Realismo Clássico, que responsabiliza integralmente a natureza humana pelos conflitos entre os Estados. Para o autor, adjetivar a natureza humana como imutável acarreta a ocultação de outras motivações para a eclosão de um conflito (WALTZ, 2004).

No que tange à segunda imagem, passa-se a refletir sobre a estrutura interna dos Estados para a compreensão das situações de paz e de guerra. A referida análise abarca desde características de um determinado governo até as limitações geoeconômicas enfrentadas domesticamente. A visão neorrealista indica que a estrutura interna do Estado está intimamente relacionada com sua postura mais ou menos agressiva, conforme se segue: “A guerra promove muitas vezes a unidade interna de cada Estado envolvido. O Estado acossado por lutas internas pode então, em vez de esperar um ataque acidental, buscar a guerra que trará a paz interna” (WALTZ, 2004, p. 103).

Waltz (2004) critica as percepções liberais e marxistas no tocante ao aspecto em tela⁴, por compreender que, apesar de parecer evidente que Estados com governos ruins seriam causadores dos conflitos, não se pode afirmar com absoluta convicção que Estados com governos bons promoveriam a paz. Outrossim, Waltz defende a ideia de que a segunda imagem, isoladamente, não é suficiente para explicar as interações no SI, ao afirmar que “não é possível compreender a política mundial simplesmente olhando para dentro dos Estados”⁵ (WALTZ, 1979, p. 65, tradução nossa).

⁴ Considerações mais detalhadas acerca dos pensamentos liberais e marxistas podem ser encontradas no capítulo cinco da obra waltziana “O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica”.

⁵ WALTZ, 1979, p.65. No original: “It is not possible to understand world politics simply by looking inside the states.”

Sendo assim, o cientista político estadunidense se debruça sobre a terceira imagem das Relações Internacionais, que diz respeito ao sistema de Estados, ou seja, ao SI. Embora a Teoria Neorrealista considere, a exemplo do Realismo Clássico, o Estado como ator unitário, ressalta que a vontade do Estado, mesmo sendo geral para seus cidadãos, torna-se particular em relação aos demais Estados, ou seja, acredita-se no SI anárquico. Sendo assim, um mundo unipolar seria mais perigoso, tendo em vista a tendência de imposição da vontade de um Estado sobre outros, sendo melhor, portanto, que haja o maior número de potências hegemônicas possível a fim de proporcionar ao SI um maior equilíbrio de poder (WALTZ, 2004).

Em síntese, a ausência de uma autoridade acima dos Estados (uma espécie de “presidente mundial”) para prevenir e conciliar os conflitos que surgem necessariamente de vontades particulares faz-nos crer que a guerra é inevitável. Sendo assim, os formuladores de políticas devem levar necessariamente em consideração as implicações da terceira imagem, que descreve a estrutura da política mundial. Todavia, sem as duas primeiras imagens não pode haver conhecimento das forças que determinam a política. Portanto, a primeira e a segunda imagens descrevem as forças presentes na política mundial, mas sem a terceira imagem é impossível avaliar a importância ou prever os resultados dessas forças (WALTZ, 2004).

2.2 Os três pilares da estrutura do SI

Após analisarmos a gênese da Teoria Neorrealista, passaremos a discorrer sobre sua solidificação, alcançada através da consecução da obra waltziana *Theory of International Politics*, publicada em 1979. A partir de então, Waltz procura promover uma conscientização acerca da necessidade de elaboração de uma teoria política internacional sistêmica, em suma,

que busque a análise do SI como um todo (terceira imagem). Segundo o autor, o sistema é formado por uma estrutura e por unidades políticas⁶ que interagem dentro dele. O primordial passa a ser a análise da estrutura do sistema, ou seja, de que maneira as unidades estão posicionados dentro dele, relegando a segundo o plano as características intrínsecas das unidades e suas interações. Desta feita, a teoria proposta por Waltz não se enquadra como uma teoria reducionista, ou seja, que se baseia no estudo das partes a fim de que se compreenda o todo e que, geralmente, utiliza-se do auxílio de outras disciplinas na procura de suas explicações e só pode ser reconhecida como suficiente quando se chega a resultados (WALTZ, 1979).

Resumidamente, teorias pautadas na primeira e na segunda imagem são reducionistas, pois, a partir tanto da natureza e do comportamento dos líderes, como da situação interna (tipo de governo) dos Estados que formam o SI, ou seja, a partir das unidades, é que se alcança o funcionamento do SI. Enfim, Waltz (1979) explica que somos levados a suspeitar que as justificativas reducionistas da política internacional se mostram incompletas, acreditando que as abordagens analíticas devem substituir as sistêmicas.

Para o autor, a estrutura se reveste de elevadíssimo grau de abstração e faz-se mister observar como os Estados que a compõem estão organizados dentro dela, e não como interagem. Ao passarmos a analisar a estrutura do sistema, constatamos que a mesma encontra-se sustentada por três pilares: seus princípios ordenadores; o caráter das unidades (suas funções e características); e a distribuição das capacidades das unidades (WALTZ, 1979).

No que se refere ao primeiro pilar, evidencia-se o SI anárquico, tendo em vista que os Estados, desde a Paz de Westfália (1648), devem ser reconhecidamente iguais. Além de anárquico, o SI é espontâneo e involuntário, não possibilitando que os Estados controlem-

⁶ Para Waltz, que examina a política internacional, as unidades que compõem sua análise são aquilo que chamamos de Estados.

no, mas sim o contrário: o SI acanha a atuação dos mesmos, aplicando-lhes punições ou recompensas, de acordo com seus posicionamentos, ou seja:

Dizer que “a estrutura seleciona” significa simplesmente dizer que aqueles que atuam conforme as práticas mais aceitas e bem-sucedidas chegam com maior frequência ao topo e são mais propensos a permanecerem por lá. O jogo que se tem que vencer é definido pela estrutura que determinou o tipo de jogador que é suscetível a prosperar⁷ (WALTZ, 1979, p. 92, tradução nossa).

Sendo assim, os Estados podem alterar seu comportamento em consonância com sua percepção e com suas estratégias definidas para uma determinada estrutura. Em um sistema no qual prevalece a autoajuda, ou seja, em que os Estados só podem contar consigo na luta pela sobrevivência, tanto o êxito como o insucesso desses atores dependem exclusivamente de seus próprios empenhos (WALTZ, 1979).

No tocante ao segundo pilar da estrutura, Waltz trata do caráter das unidades, englobando suas funções e características. Como unidades políticas do SI, os Estados não diferenciam-se no que diz respeito às suas funções. Apesar de haver diferenças entre eles, constituem-se em unidades políticas autônomas. Não são os únicos atores do SI, mas são os que exercem o protagonismo ao delinearem a estrutura do sistema. Contudo, apesar de preservarem semelhanças alusivas ao cumprimento de tarefas e exercício de funções, distinguem-se sobremaneira em termos de capacidade para executá-las (WALTZ, 1979).

É justamente disso que trata o terceiro e derradeiro pilar estrutural do sistema: como se dá a distribuição das capacidades entre as unidades políticas. Uma alteração na distribuição das capacidades das unidades desencadearia uma alteração na própria estrutura do sistema, que, por sua vez, acarretaria uma mudança de comportamento dos Estados (WALTZ, 1979). Conforme já citado anteriormente, os Estados são os principais atores do SI. Sendo assim, os mais poderosos revestem-se de maior relevância. Segundo Waltz (1979), se em um SI três ou mais grandes potências se dividirem, continua sendo um sistema multipolar,

⁷ WALTZ, 1979, p.92. No original: “To say that “the structure selects” means simply that those who conform to accepted and successful practices more often rise to the top and are likelier to stay there. The game one has to win is defined by the structure that determines the kind of player who is likely to prosper.”

diferente estruturalmente de um SI bipolar, em que nenhuma terceira potência é capaz de modificar o grau de influência das duas maiores.

Neste breve capítulo teórico, procuramos sintetizar em poucas páginas o pensamento waltziano. No entanto, julgamos que as considerações supracitadas serão suficientes para que se estabeleça, ao final do trabalho, uma relação entre a teoria apresentada e a realidade que começaremos a expor a partir do próximo capítulo, no qual traremos informações acerca do continente antártico, necessárias ao entendimento dos aspectos relacionados às ações dentro do SI (principalmente as dos EUA e da ex-URSS) naquele continente, durante a Guerra Fria.

3 A ANTÁRTICA

Neste capítulo abordar-se-ão aspectos inerentes ao continente antártico, buscando-se compreender o porquê de sua importância para os Estados, a fim de que, no capítulo subsequente, possamos analisar com mais propriedade as ações adotadas dentro do SI, principalmente as tomadas pelas superpotências durante o *zeitgeist*⁸ selecionado para esta pesquisa. Inicialmente, serão apresentadas as características gerais do continente mencionado e será efetuada uma compilação acerca do histórico de explorações anteriores à Guerra Fria, com o fito de dimensionarmos a relevância geoestratégica do sexto continente. Ademais, teceremos comentários alusivos ao Ano Geofísico Internacional (AGI), ao *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR) e ao Tratado Antártico.

3.1 Características gerais e interesses

Localizado no interior do Círculo Polar Antártico (66° 33' S), a Antártica (FIG. 1) constitui-se de terras emersas cobertas por uma espessa camada de gelo e cuja massa líquida circundante abarca os três maiores oceanos do mundo: o Atlântico, o Índico e o Pacífico. Esta parcela oceânica separa o continente gelado da América do Sul, da África e da Austrália, gerando a dependência do mar para acesso à parte continental, além, obviamente, da via aérea. Para ratificar seu valor geoestratégico, cumpre-nos lembrar que a Antártica apresenta papel importante no que diz respeito às rotas marítimas comerciais abaixo do Equador, fato corroborado pela suposição da interrupção da navegação nos Canais do Panamá e de Suez, o que, obrigatoriamente, acarretaria a utilização dos Estreitos de Drake e de Magalhães (extremo sul da América do Sul), por exemplo (FIG. 2). Adicionalmente, frisamos um dos

⁸ Termo alemão que significa “espírito de época” ou “espírito de tempo”, ou seja, refere-se ao contexto temporal escolhido.

potenciais papéis das ilhas subantárticas, que podem vir a abrigar bases aéreas, apesar das dificuldades logísticas e ambientais vislumbradas para tal propósito (HENRIQUES, 1984).

Com uma área continental pouco menor do que a da América do Sul, metade da África, o dobro da Austrália e pouco maior que a do continente europeu, mede cerca de 13,2 milhões de quilômetros quadrados, podendo chegar a 26 milhões de quilômetros quadrados durante o inverno, tendo em vista o fenômeno de formação de gelo continental (COELHO, 1983). Trata-se de uma região inóspita, com registros de temperaturas de -89°C , ventos de 327 km/h e com apenas 0,4% da área total livre de gelo e baixíssimas precipitações, mas que se apresenta como a maior reserva de água doce do planeta, na faixa de 80% do total (FERREIRA, 2009).

Além do valor geoestratégico supracitado, é necessário atentar para o fato de que para se mensurar de forma mais precisa o verdadeiro valor econômico-científico da região antártica, devemos reparar que os recursos estão disponíveis não somente no continente, sendo as águas antárticas e as ilhas circunvizinhas fontes relevantes de recursos naturais e minerais. Dentre tais atrativos, podemos destacar as algas, importantes no processo de oxigenação da água e na composição da cadeia alimentar, sendo ainda largamente utilizadas pela indústria de cosméticos. Ademais, vale citar a grande diversidade píscea, além dos pinípedes (focas e leões marinhos), cetáceos (baleias) e o *krill*⁹ (COELHO, 1983).

Castro (1976) aponta que, quanto à existência de minerais, os geólogos admitem que os minérios presentes nos Andes prolongam-se para a Antártica. Constatou-se que, no mínimo, doze minerais são potencialmente exploráveis, incluindo o urânio, a prata, o diamante, o ferro e o ouro (FIG. 3 e 4). No tocante ao petróleo, vislumbra-se uma exploração complicada, tendo em vista as barreiras naturais a serem transpostas, mormente em decorrência do fato de que as reservas petrolíferas encontram-se cobertas por camadas de gelo

⁹ Palavra norueguesa que significa “comida de baleia”, destinada a um crustáceo semelhante ao camarão, tido como essencial para o ecossistema antártico ao apresentar-se como alimento de vários animais, tais como pinípedes, cetáceos e pinguins.

de espessura considerável, somando-se às dificuldades meteorológicas previstas durante as manobras com as embarcações empregadas nas operações exploratórias. Ademais, a aludida atividade encontra-se proibida em cumprimento ao Protocolo de Madri¹⁰, sendo somente previsto o retorno das conversações acerca da exploração mineral na região em 2048 (NUNES, 2005).

Castro (1976) assim analisa o escopo humano atinente à Antártica: “Por interesses econômicos e científicos chegaria o homem às regiões geladas; por interesses econômicos e, sobretudo, estratégicos, passariam as nações a disputar as regiões polares” (CASTRO, 1976, p.80).

3.2 Um breve histórico sobre as primeiras explorações

Segundo Coelho (1983), provavelmente, os maoris foram os pioneiros na chegada à Antártica, pois há indícios de sua presença nas ilhas subantárticas em 650 A.D., onde hoje está localizada a Nova Zelândia. Todavia, deve-se ressaltar a atuação dos grandes navegadores do reino português, principalmente. O caminho aberto por eles, nos séculos XV e XVI, propiciou várias descobertas importantes para a consolidação da presença humana na Antártica, dentre os quais destacamos a do Estreito de Drake, que possibilitou o acesso ao continente gelado. Contudo, cabe lembrar que tais “Expedições Descobridoras” possuíam um viés genuinamente exploratório, sendo o interesse científico somente introduzido na pauta antártica no século XVIII, capitaneada pela França e pelo Reino Unido (CASTRO, 1976).

Como ensina Coelho (1983), o russo Fabian Bellinghausen (1778-1852), comandante da expedição enviada pelo czar russo Alexandre I (1777-1825), foi o primeiro

¹⁰ O Protocolo de Madri foi assinado em 1991 pelos membros consultivos do Tratado Antártico, entrando em vigor somente em 1998. Prevê, dentre outros aspectos, a proibição da exploração mineral na região antártica para fins comerciais. Somente em 2048 poderá ser modificado, por intermédio do voto da totalidade de seus membros consultivos.

explorador a avistar o Continente Antártico, em 1820. A caça de, principalmente, pinípidas e cetáceos, foi o fator exploratório de maior relevância no século XIX.

Após esse período de mera exploração, ocorreram expedições de cunho científico ao continente no final do século XIX e, seguidamente, afluíram as primeiras reivindicações territoriais. Em 1908, o Reino Unido reivindicou uma parcela do território antártico e as ilhas Malvinas, seguindo-se da Nova Zelândia, em 1923, e da Austrália, em 1933. Em 1924, a França reivindicou uma estreita porção do continente antártico com o litoral apontando para o Oceano Pacífico, conhecida como Terra de Adele. Em 1939, foi a vez da Noruega e, em 1940, Argentina e Chile formalizaram seus interesses territoriais na Antártica. Esses últimos e o Reino Unido reclamavam partes do território com uma região de intersecção entre si: a Península Antártica (DAY, 2013).

Um dos mais relevantes fatos que promoveram a tentativa de um consenso atinente às reivindicações territoriais antárticas se deu em 1947, por ocasião da inclusão do Continente Antártico como área estratégica americana, por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹¹. Segundo Vieira (2006), a primeira investida para a formulação de um estatuto internacional voltado à Antártica aconteceu em 1948, quando os EUA convidaram Argentina, Austrália, Chile, França, Reino Unido, Noruega e Nova Zelândia para debaterem a questão, a fim de se vislumbrar uma internacionalização do continente antártico. Tal iniciativa não foi exitosa, pois foi deveras prejudicada pela rivalidade premente entre os Estados enredados (em sua maioria territorialistas). Contudo, tal tentativa serviu como um embrião para os futuros acordos, como passaremos a discorrer a seguir.

¹¹ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), celebrado em 02 de setembro de 1947 na cidade do Rio de Janeiro – RJ, entrou em vigor em 03 de dezembro de 1948, com o propósito de prevenir e reprimir as ameaças e atos de agressão contra quaisquer Estados americanos. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

3.3 O Ano Geofísico Internacional, o SCAR e o Tratado Antártico

Conforme relembra Coelho (1983), o Ano Geofísico Internacional (AGI) teve sua gênese em 1950, com a denominação de Terceiro Ano Polar Internacional, ainda somente dentro do âmbito científico, voltado para pesquisas polares. No período de 6 a 10 de julho de 1955, ocorreu em Paris a primeira conferência para discussão do que seria realizado na região antártica, seguida de outras três. Os principais Estados que lideravam a organização do evento resolveram ampliar o escopo para a pesquisa em várias partes do planeta, e não apenas nos polos, alterando a denominação para Ano Geofísico Internacional. O período de julho de 1957 a dezembro de 1958 foi o escolhido para o AGI, por se tratar de período de atividade solar máxima, em oposição ao Segundo Ano Polar Internacional, de 1932 a 1933, de atividade solar mínima. O AGI visava à sensibilização da sociedade civil e de organizações governamentais sobre o estudo dos seguintes ramos científicos: a física da atmosfera superior, incluindo a atividade solar; os regimes de calor e hídrico, incluindo a Meteorologia, a Oceanografia e a Glaciologia; e a estrutura e o interior da Terra, incluindo determinações sísmicas e gravimétricas. Com o transcurso do AGI, África do Sul, Bélgica, EUA, Japão e a ex-URSS, ao efetuarem suas pesquisas na região, detectaram o seu potencial e juntaram-se às discussões de reivindicação de territórios no continente.

Em 1958, com o fito de dar continuidade aos estudos alusivos à Antártica, foi criado o *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR), presidido pelo General e cartógrafo francês Georges Laclavère (1906-1994), funcionando como um *International Council of Scientific Unions* (ICSU), órgão sem vínculos estatais. Tendo como principal atribuição coordenar as atividades científicas, os programas do SCAR ampliaram as propostas do AGI, incluindo outras áreas do conhecimento não contempladas anteriormente, tais como a Biologia, a Geologia e a Cartografia (COELHO, 1983).

Em 1958, tendo em vista o êxito alcançado pelo AGI e pelo SCAR, os EUA convidaram os outros 11 Estados¹² que já haviam efetuado pesquisas na Antártica durante o AGI para conversações em Washington, D.C., acarretando a assinatura do Tratado Antártico em 1959, com a previsão do término de vigência para 1961. Este documento reveste-se de relevância, pois foi o primeiro a ser assinado visando ao incentivo da atividade científica na região. Tendo em face o momento conflituoso vivido à época de sua assinatura (Guerra Fria), o Tratado Antártico não contemplou aspectos ligados à exploração de recursos, principalmente por questões políticas, no que tange à tentativa de minimização de divergências inerentes às questões territoriais, e também porque não se detinham conhecimentos significativos acerca das potencialidades antárticas (COELHO, 1983).

O cerne do aludido Tratado estava na preocupação estadunidense da não ocupação desenfreada de Estados aliados à ex-URSS, o que conduziu a assinatura do acordo de forma intermediária, tornando viável o acesso de outros Estados à região antártica, desde que fossem realizadas, efetivamente, pesquisas científicas no continente, o que foi ratificado pelos membros (DAY, 2013).

Os 14 artigos do Tratado Antártico são aplicados na área geográfica compreendida ao Sul do paralelo de 60°S, cumprindo-nos destacar alguns princípios basilares, tais como: a liberdade para a pesquisa científica e a cooperação internacional para esse fim, bem como a utilização pacífica da Antártica, proibindo expressamente a militarização dessa região e sua utilização para explosões nucleares ou para servir como eventual depósito de resíduos ou materiais radioativos, sendo permitida a presença de militares e materiais bélicos somente em proveito da pesquisa científica ou demais propósitos pacíficos; a estagnação das

¹² Estados que assinaram o Tratado e que reivindicaram território antes da Conferência de Washington (1959): Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido. Estados que assinaram e não reivindicaram território antes do Tratado: África do Sul, Bélgica, Estados Unidos da América, Japão e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O Reino Unido foi o primeiro a ratificar, em 31 de maio de 1960; os governos da Austrália, Argentina e Chile foram os últimos entre os 12 a ratificar o Tratado, em 23 de junho de 1961 (DAY, 2013, p. 494).

reivindicações territoriais anteriores ao Tratado; os programas antárticos devem ser permutados, providenciando-se o interrelacionamento das Agências das Nações Unidas e de demais interessados na Antártica, visando à economicidade e eficiência nas operações; Estados que, ao aderirem ao Tratado Antártico, tencionarem desempenhar o papel como parte consultiva, necessitarão realizar substanciais pesquisas científicas, providenciando a instalação de uma ou mais estações ou realizando expedições; e a adesão ao Tratado encontrar-se-á possível a todos os Estados, membros das Nações Unidas ou convidados, desde que haja a autorização da totalidade de partes envolvidas (NUNES, 2005).

Nos dias atuais, o Tratado da Antártica possui 53 Estados-Membros, sendo 29 consultivos e 24 não-consultivos¹³. O Sistema do Tratado da Antártica, conjunto de acordos internacionais alusivos ao continente antártico, é composto pelos já citados Tratado da Antártica e Protocolo de Madri, além da *Conservation Commission of Antartic Seals* (CCAS) e da *Commission for the Conservation of Antartic Marine Living Resources* (CCAMLR) (DAY, 2013).

Após termos analisado, ainda que suscintamente, as principais características antárticas, constatando a relevância econômica, geoestratégica e científica da região em lide, é chegado o momento de, inicialmente, conhecermos, em linhas gerais, o *zeitgeist* escolhido para a pesquisa, a fim de, posteriormente, compreendermos melhor o porquê das ações adotadas dentro do SI no sexto continente à época, especialmente no que tange às atuações de EUA e ex-URSS.

¹³ Fonte: http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e, acesso em 19 de maio de 2018.

4 A GUERRA FRIA NA ANTÁRTICA

Zbigniew Brzezinski (1928-2017) sintetiza o sentimento que pairava sobre o mundo durante a Guerra Fria, ocorrida de 1947¹⁴ a 1991, conflito que passaremos a analisar:

Os Estados Unidos e a União Soviética estão em conflito há quase meio século, um período de tempo certamente de duração histórica. Durante essas décadas, cada país encarou o outro como hostil e ameaçador aos seus interesses vitais e crenças básicas. Durante essas décadas, cada um percebeu o outro como a principal fonte de perigo, tanto para a paz mundial, quanto para a sua própria segurança nacional. Durante essas décadas, cada um reafirmou sua fé numa vitória histórica, mas também agiu movido pelo temor de que o outro pudesse, de alguma forma, prevalecer. (BRZEZINSKI, 1987, p. 17).

Procuraremos, primeiramente, compreender as origens e fatos mais significativos desse período de apreensão e, em seguida, exploraremos as ações realizadas na Antártica.

4.1 A origem da Guerra Fria

Gaddis (2006) ressalta que, durante a Segunda Guerra Mundial (SGM) (1939-1945), os norte-americanos lutaram em duas guerras, concomitantemente: uma no teatro europeu, contra as forças nazi-fascistas e outra contra os nipônicos, no Oceano Pacífico, tendo, aproximadamente, 300 mil baixas na totalidade. Excluindo-se o ataque japonês a Pearl Harbor, os estadunidenses não sofreram mais nenhum revés contra seu território e, dessa maneira, não necessitou ser reconstruído ao fim da SGM, tendo ainda a sua economia aquecida, duplicando, por exemplo, seu Produto Interno Bruto (PIB).

Vejamos a situação da ex-URSS. Diferentemente dos EUA, os soviéticos tiveram que combater os nazistas em seu próprio território, muitas vezes fazendo uso da tática da terra arrasada, ou seja, tendo que destruir sua própria terra a fim de que os alemães não usufríssem

¹⁴A despeito de existirem algumas divergências de opiniões no tocante ao marco inicial da Guerra Fria, consideraremos como tal o discurso do presidente estadunidense Harry Truman em apoio à Grécia e Turquia, realizado em 12 de março de 1947 no Congresso norte-americano, onde, em suma, anunciou que os EUA contrapor-se-iam ao objetivo soviético de formar um império comunista de âmbito mundial (WILSON JR., 1964).

dela. Com relação ao número de mortos, o mesmo girou em torno de 27 milhões, ou seja, contabilizaram, aproximadamente, noventa vezes mais perdas humanas do que os norte-americanos. Entretanto, a despeito do quadro supracitado, o governo soviético passou a ser admirado e respeitado dentro da Europa, servindo como verdadeiro modelo, por ter demonstrado competência sob o aspecto econômico ao manter a condição de pleno emprego (algo que os capitalistas não conseguiram), além de terem sido, dentro do universo comunista, os combatentes mais eficazes contra Hitler. Ademais, outro aspecto favorável aos soviéticos foi que Stalin manteve-se no poder após a SGM, o que não ocorreu com os demais principais líderes aliados (o presidente norte-americano Roosevelt faleceu em 1945 e o Primeiro-Ministro britânico Churchill não foi reeleito no primeiro sufrágio após a SGM) (GADDIS, 2006).

Segundo Gaddis (2006), nas derradeiras reuniões entre os líderes aliados supramencionados, ocorridas em julho e agosto de 1945, decretou-se a ocupação concomitante da Alemanha, sendo Berlim dividida em zonas entre os três Estados protagonistas e a França. Stalin acreditava que os soviéticos foram vítimas de um engodo, tendo em vista a unificação das áreas ocupadas pelo demais partícipes do acordo. Como resposta, em 1948, o líder soviético impediu o acesso dos ocidentais à Berlim por meio terrestre, obrigando que a provisão de apoio logístico fosse efetuada exclusivamente por meio aéreo, o que, obviamente, encareceu bastante essa assistência.

Tal contenda com relação à ocupação da Alemanha abalou ainda mais o grau de confiabilidade mútuo entre, principalmente, estadunidenses e soviéticos. Todavia, a SGM ainda não havia acabado: restava derrotar os japoneses no Pacífico, tendo em vista que EUA e Reino Unido tinham consciência de que o apoio da ex-URSS nessa empreitada abreviaria o fim da guerra. Contudo, os lançamentos de duas bombas atômicas em solo japonês

promoveram uma alteração irreversível nesse quadro, já abalado, de alianças (GADDIS, 2006).

Gaddis (2006) afirma que, a despeito de já ter conhecimento sobre a fabricação da bomba atômica pelos EUA, Stalin foi surpreendido quando a cidade japonesa de Hiroshima foi alvejada, em 6 de agosto de 1945. Passados três dias, outra bomba atingiu a cidade de Nagasaki. A mensagem norte-americana era clara: além do objetivo de encurtar o desfecho da SGM e evitar mais mortes no caso de uma invasão ao território japonês, o presidente norte-americano Truman quis demonstrar ao mundo e, principalmente, a Stalin, que detinha um instrumento de poder jamais visto. Diante do quadro supracitado, foi dado início ao desenvolvimento do projeto nuclear soviético.

Como ensina Brzezinski (1987), além dos interesses geopolíticos conflitantes, as profundas diferenças históricas, culturais, políticas e econômicas entre os EUA e ex-URSS acarretaram a inevitabilidade do conflito em tela. Cumpre-nos, a partir de agora, trazê-las à baila com maior detalhamento.

4.2 As superpotências: principais líderes, situação interna e o SI

Após conhecermos, resumidamente, as origens da Guerra Fria, discorreremos sobre as superpotências, com o fito de, à luz das “três imagens” de Waltz, compreendermos com mais profundidade as causas e o transcorrer do aludido conflito. Buscaremos trazer à tona os dados mais relevantes acerca dos principais líderes do período, das conjunturas internas dos protagonistas e da interação dos mesmos com o SI.

Antes, porém, faz-se mister entendermos melhor os diferentes prismas utilizados por estadunidenses e soviéticos, citados no penúltimo parágrafo. Segundo Brzezinski (1987), o abismo entre eles pode ser verificado sob dez aspectos: geopolítico; histórico-político;

filosófico; cultura e organização políticas; político-religioso; econômico; estilo de vida; apelo ideológico externo; ciclo histórico e sede de vitória histórica.

Sob o enfoque geopolítico, a ex-URSS considerava os EUA o principal empecilho na sua busca pelo poder e pela consolidação ideológica comunista, mesmo quando os EUA só enxergavam os soviéticos unicamente como uma ameaça à segurança dos aliados estadunidenses, que deveria ser combatida com uma política especialmente dirigida à contenção militar¹⁵ (BRZEZINSKI, 1987).

De acordo com Brzezinski (1987), no tocante ao cenário histórico-político, os EUA possuíam uma sociedade aberta, composta originalmente por imigrantes voluntários, que aspiravam um futuro comum. Já a sociedade soviética sempre foi subordinada ao Estado e se expandiu por intermédio dos êxitos em campanhas militares e de colônias subordinadas ao poder central.

No que concerne aos valores filosóficos, os norte-americanos primavam pelos direitos individuais cultuados em sua Constituição, enquanto que os soviéticos foram talhados a serem subordinados ao Estado (BRZEZINSKI, 1987).

Com relação à cultura e organização políticas, os EUA apresentavam um sistema de disputa política aberta, consolidado pelo voto secreto, uma imprensa livre e atuante e, principalmente, pela perfeita separação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A ex-URSS concentrou tais Poderes nas mãos de uma liderança que exercia completo controle sobre a imprensa, empregando a comunicação em massa para doutrinar o seu povo (BRZEZINSKI, 1987).

Sob o aspecto político-religioso, os EUA apregoavam a total segregação de papéis entre a Igreja e o Estado, valorizando a escolha religiosa individual e minorando o papel

¹⁵ Baseado no conceito da *Containment Theory*, apresentado por George Kennan (1904-2005), surge a Teoria da Estratégia de Contenção de Truman (Doutrina Truman) e a valorização estratégica das chamadas *fringes areas*, que resultou na participação dos EUA no Pacto do Atlântico, na pressão diplomático-militar sobre a Grécia e Turquia, nas guerras da Coreia e do Vietnã e no Tratado do Sudeste Asiático (VESENTINI, 2004).

religioso do Estado. A ex-URSS instituiu a subordinação da Igreja ao Estado, a fim de difundir o ateísmo praticado pelo governo e limitar a influência religiosa (BRZEZINSKI, 1987).

Do ponto de vista econômico, os norte-americanos possuíam um sistema que procurava oferecer oportunidades, inclusive sob o enfoque individual, incentivando a propriedade privada e o lucro. Os soviéticos eram regidos por uma liderança política que centralizava as atividades econômicas, com os meios de produção controlados pela propriedade estatal (BRZEZINSKI, 1987).

De acordo com Brzezinski (1987), no que se refere aos estilos de vida, os norte-americanos apresentavam-se como uma sociedade altamente imprevisível, consumista, com uma cultura de massa rudimentar, com poucas obrigações cívicas (como, por exemplo, o serviço militar não obrigatório). Já os soviéticos eram mais formais, com laços familiares e de amizade muito mais solidificados do que nos EUA, sendo profundamente exigidos, desde a infância, no que diz respeito às obrigações patrióticas e militares.

Quanto ao apelo ideológico externo, ou seja, de que maneira os dois Estados eram vistos pelo resto do mundo, observou-se que os norte-americanos influenciavam os demais povos por meio dos meios de comunicação em massa, difundindo veementemente o chamado *American way of life* (estilo americano de vida). A ex-URSS, inicialmente, apresentou-se para os Estados pobres como uma fonte de inspiração, um modelo de autossuficiência econômica e social (BRZEZINSKI, 1987).

Segundo Brzezinski (1987), observando-se os ciclos históricos, os EUA estavam no auge à época da Guerra Fria, sendo, ainda hoje, a principal potência global. A ex-URSS, como sabemos, teve seu ciclo encerrado em 1991.

Finalmente, no tocante à vontade de uma vitória histórica sobre o oponente, os EUA almejavam, teoricamente, um mundo de paz, governado por uma espécie de democracia

universal, mas na qual, obviamente, exerceriam sua supremacia. A ex-URSS objetivava superar os EUA e exercer seu papel central em mundo composto por Estados socialistas, em um continente eurasiático livre de seu principal adversário (BRZEZINSKI, 1987).

Após analisarmos esses pontos de vista que evidenciaram as diferenças entre “a águia americana” e “o urso soviético”, possibilitando, por conseguinte, um maior esclarecimento quanto à inevitabilidade do conflito versado, prosseguiremos nossa pesquisa detalhando alguns aspectos internos e externos das superpotências da época.

Durante o período da Guerra Fria, os EUA foram presididos pelos seguintes líderes, durante os respectivos períodos: Harry Truman (1945-1953); Dwight Eisenhower (1953-1961); John Kennedy (1961-1963); Lyndon Johnson (1963-1969); Richard Nixon (1969-1974); Gerald Ford, Jr. (1974-1977); James Carter, Jr. (1977-1981); Ronald Reagan (1981-1989); e George W. Bush (1989-1993) (LUKACS, 2006). Já a ex-URSS foi governada por: Josef Stalin (1941-1953); Geórgiy Malenkov (1953-1955); Nikita Kruchev (1955-1964); Leonid Brejnev (1964-1982); Iúri Andropov (1982-1984); Konstantin Chernenko (1984-1985); e Mikhail Gorbachev (1985-1991) (LEWIN, 2007).

Ressaltaremos, inicialmente, o que de mais importante ocorreu durante os governos dos principais líderes dentre os supracitados. O primeiro deles, Truman, como já enfatizado, notabilizou-se pela decisão de lançar as bombas atômicas sobre o Japão. Cabe ainda mencionar sua participação na fundação da ONU, na criação de sua doutrina homônima, na aprovação do Plano Marshall, empreendido para a reconstrução da Europa no pós-SGM e na obtenção de autorização da ONU para iniciar a Guerra da Coreia (1950-1953). No final de seu governo, surgiram acusações de corrupção por parte de membros de seu gabinete democrata, o que afetou o resultado das eleições presidenciais para a escolha de seu sucessor, que acabou vencida pelo republicano Eisenhower (LUKACS, 2006).

Segundo Lucaks (2006), Eisenhower presidiu sobre o destino de grande parte do mundo quando a ex-URSS estava em considerável desordem devido à morte de Stalin, em 1953. No primeiro ano como presidente, ele depôs o líder do Irã em um golpe de Estado e ameaçou usar de força nuclear contra a China a fim de provocar o encerramento da Guerra da Coreia. Sob o ponto de vista militar, priorizou a expansão do arsenal nuclear norte-americano em detrimento de investir em outras vertentes das Forças Armadas. O objetivo era manter a pressão sobre a ex-União Soviética e reduzir o déficit do governo. Eisenhower persuadiu França, Israel e Reino Unido no encerramento da invasão ao Egito durante a Guerra do Canal de Suez, em 1956. Durante o seu governo, o desenvolvimento geral dos EUA não foi afetado por crises e, em 1958, Washington tinha alianças e arranjos militares com quase 60 Estados. Em 1960, no fim do seu mandato, seus esforços de ir para mesa de negociações com os soviéticos sofreram um grande revés, tendo em vista um incidente com um avião espião norte-americano U2, derrubado sobre território soviético e cujo piloto foi capturado vivo. Internamente, expandiu os seguros sociais, promoveu a dessegregação racial nas Forças Armadas e proporcionou a garantia de crédito ao consumidor, que passou a ter vários tipos de bens disponíveis para aquisição.

Seguiu-se o governo Kennedy, e os seguintes eventos e posturas devem ser ressaltadas: a tentativa fracassada de Invasão da Baía dos Porcos (1961), em Cuba, quando incentivou dissidentes cubanos a retirarem Fidel Castro (1926-2016) do poder; a construção do Muro de Berlim (1961); o início da Corrida Espacial norte-americana (1961), quando tentou, em dois encontros, estabelecer uma parceria com a ex-URSS, a fim de que fossem compartilhados conhecimentos e divididos custos; a consolidação do Movimento dos Direitos Civis (1960) nos Estados Unidos, em um período de grave problema de segregação racial no território norte-americano; e o início do envolvimento estadunidense na Guerra do Vietnã, ocorrido em 1963. Internamente, adotou uma política que manteve as taxas de juros baixas e

estimulou o crescimento da economia. Todavia, o grande desafio enfrentado por Kennedy diz respeito ao período de maior tensão durante a Guerra Fria: a Crise dos Mísseis de Cuba, quando, em retaliação à invasão da Baía dos Porcos e a instalação de mísseis balísticos norte-americanos na Itália e na Turquia, o então líder soviético Nikita Kruchev decidiu aceitar a proposta de Fidel Castro para instalar mísseis nucleares em território cubano, a fim de impedir uma possível invasão estadunidense. Tal crise durou 13 dias e Kennedy teve participação importante para que não houvesse, provavelmente, uma hecatombe nuclear. Seu mandato e sua vida foram interrompidos por Lee Oswald (1939-1963), seu assassino, em 22 de novembro de 1963 (LUKACS, 2006).

Posteriormente, chegamos ao governo Reagan, marcado por várias iniciativas econômicas e pelo estabelecimento de novas políticas, incluindo a de recuperação econômica por meio do incentivo à oferta, contemplando a diminuição de gastos do governo e a redução de impostos. Ainda no âmbito interno, ao fim de seu mandato, a inflação havia diminuído drasticamente, algumas dezenas de milhões de empregos foram criadas e a taxa de crescimento média anual foi de quase 8%, apesar de a dívida pública ter praticamente triplicado. Notável também foi sua luta contra os sindicatos, além de ter travado uma verdadeira guerra contra as drogas. Reeleito em 1984, seu segundo mandato destacou-se no âmbito internacional, principalmente por sua atuação diante de seu rival soviético, principalmente durante as negociações com o então líder soviético Gorbachev, acarretando a assinatura do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário e na redução de seus arsenais nucleares. Em 1989, pouco tempo depois do final de seu governo, ocorreu a queda do Muro de Berlim, seguida do início da derrocada da ex-URSS (LUKACS, 2006).

Trataremos, a partir de agora, dos principais líderes soviéticos. Iniciando por Stalin, implacável governante que deteve o poder com mão de ferro até sua morte, em 1953. Lewin (2007) define, assim, o período do governo de Stalin durante a Guerra Fria:

“Primitivo” é o adjetivo que vem à cabeça para sintetizar o período do pós-guerra e os últimos anos de Stalin. Todos os esforços estavam focalizados em dois objetivos: restaurar os padrões de vida pré-guerra e reconstruir a imagem do sistema soviético nos vastos territórios que haviam sido ocupados pelos alemães (LEWIN, 2007, p. 193).

Em um primeiro momento, o caos vigente em torno da reconstrução era inexplicável. Foram enviados milhares de trabalhadores para os territórios reconquistados, que se apresentavam constantemente despreparados para exercerem suas funções. O governo soviético ainda tinha de enfrentar numerosos inimigos, principalmente na Ucrânia, na Lituânia e na Letônia, onde guerrilheiros combatiam o Exército Vermelho. Internamente, a recuperação econômica foi largamente perseguida, sendo os níveis pré-SGM alcançados em diversos setores por volta de 1953, exceto no que se refere aos bens de consumo, sendo a fome ou a má alimentação realidades comuns. A referida reconstrução, embora fosse magnífica sob vários aspectos, especialmente pelo viés militar, significou a volta do stalinismo, um sistema imensamente desestruturado e degenerado, baseado no medo (LEWIN, 2007).

O próximo governante soviético de destaque foi Kruchev. Iniciando seu governo em 1955, denunciou os crimes de Stalin em seu “Discurso Secreto” em 1956, iniciando um período menos repressivo na ex-URSS. Internamente, adotou políticas destinadas a melhorar a qualidade de vida dos menos favorecidos, mormente na agricultura. Entretanto, tais medidas não foram bem-sucedidas, causando um influxo excessivo de camponeses para as cidades, dificultando a situação do mercado de trabalho, o que, conseqüentemente, esvaziou os campos e provocou a necessidade de recrutamento de moradores das cidades para trabalharem na zona rural, ou seja, um paradoxo inacreditável. No que tange à defesa nacional, acreditava cegamente que a mesma seria garantida através dos mísseis, determinando grandes cortes no emprego de armas convencionais. Faz-se necessário lembrar que Kruchev governava o “urso soviético” durante o período mais tenso da Guerra Fria: a Crise dos Mísseis de Cuba,

ocasião em que teve papel relevante, juntamente com o então presidente norte-americano Kennedy (LEWIN, 2007).

Posteriormente, chegamos à posse de Brejnev, em 1964. Como ensina Lewin (2007), seu governo foi caracterizado por coibir possíveis golpes favoráveis ao capitalismo, encabeçados por Estados socialistas que procuravam se desvencilhar das amarras do comunismo. Brejnev não se caracterizou como um comunista extremista, pois visava aos interesses da ex-URSS muito mais do que seguir a ideologia. Todavia, não pode ser considerado um liberal, tendo em vista que atuava abertamente contra o liberalismo e o capitalismo. Brejnev foi o último governante soviético que manteve a estabilidade do comunismo e quase nunca demorava a estabelecer suas estratégias. Apesar disso, tornou o Exército Vermelho o maior do planeta, tendo que governar, por quase duas décadas, um gigante que ainda se recuperava da SGM e ainda precisava encarar um adversário muito poderoso e já estruturado. Sendo assim, Brejnev é tido como um dos mais respeitados e poderosos líderes soviéticos.

Por derradeiro, torna-se necessário detalharmos um pouco mais o governo do último líder soviético, tendo em vista que as principais motivações para a dissolução da ex-URSS e o conseqüente fim da Guerra Fria ocorreram no aludido período. Gorbachev chegou ao poder em 1985 e tinha na economia a sua principal preocupação. Com a mesma no nível em que se apresentava, percebeu que era praticamente impossível investir em empreitadas militares simultâneas, além de ter que despender de custos estratosféricos para se opor à Guerra nas Estrelas¹⁶ do então presidente norte-americano Reagan. Ao realizar uma excursão pelas vastas terras soviéticas, constatando *in loco* o alcoolismo e a corrupção desenfreados, Gorbachev proclamou que era tempo da *Perestroika*, ou seja, da reestruturação e da *Glasnost* (abertura), propagando que era melhor expor os problemas e debatê-los do que ignorá-los. O

¹⁶ Projeto de Iniciativa Estratégica de Defesa, no qual as armas norte-americanas, prontas em solo, no mar e no espaço, poderiam interceptar qualquer ataque de mísseis soviéticos (BLAINEY, 2010).

líder soviético compreendeu ser vantajoso reunir-se com Reagan a fim de estabelecerem um acordo, pois necessitava, com urgência, diminuir os gastos com armamentos, ao passo que ambos estavam cientes de que seus arsenais nucleares eram suficientes para erradicar toda a vida do planeta (BLAINEY, 2010).

Blainey (2010) relembra que Gorbachev e Reagan se encontraram em 19 de novembro de 1985, em Genebra, Suíça. Este encontro foi tido como um dos mais decisivos encontros do século XX. Após mais quatro reuniões (tendo em vista que um tratado que estabelecesse um controle de armamentos não era algo simples de ser consumado e exigia concessões de ambos os governos), os líderes das superpotências encerraram um grande e antigo impasse. Contudo, Gorbachev tinha que enfrentar grandes obstáculos, pois tanto a corrida espacial quanto a disputa armamentista faziam com que os recursos da ex-União Soviética se extinguissem gradativamente. Ademais, os valores apregoados pelo Ocidente capitalista, tais como a aquisição de bens materiais e a liberdade infiltravam-se paulatinamente no estilo de vida soviético.

No decorrer dos anos iniciais do referido governo, os dissidentes puderam se manifestar com mais frequência e eloquência. A paixão pelo comunismo já não era mais a mesma, tendo em vista que a ideia de o regime servir como um paradigma para a sociedade do mundo inteiro se dispersava. Um fato que corroborou bastante para esse desapontamento era que muitos líderes não seguiam os preceitos comunistas, praticando a corrupção desenfreada enquanto os cidadãos se sacrificavam pelo bem comum. Em seu próprio território, os soviéticos eram obrigados a portar passaportes e comprovantes de residência e estavam fatigados das filas intermináveis. Enfim, eles sabiam que viviam mal enquanto outros levavam uma vida bem melhor. Além disso, questões de ordem ambiental afetavam o país: a poluição oriunda de fábricas e indústrias, inclusive causando a contaminação da água que abastecia a população de alguns locais e o terrível acidente nuclear na usina de *Chernobyl*, em

1986. Demais, o prolongamento excessivo da Guerra do Afeganistão, conhecida como o “Vietnã soviético”, devastava o moral dos soldados e da população (BLAINEY, 2010).

Segundo Blainey (2010), no início de 1989, quando o mandato de Reagan terminou nos EUA, a Guerra Fria tendia ao fim. Embora o já comentado papel dos supracitados líderes tenha sido relevante, não foi suficiente para encerrá-la. Além da já mencionada atuação de Reagan e Gorbachev e dos eventos derradeiros na ex-URSS, outros acontecimentos ao redor do mundo foram igualmente importantes para seu desfecho.

No ano de 1987, o nacionalismo exacerbado, o descontentamento econômico e uma sede por liberdade eram perceptíveis na Europa Oriental. A Alemanha Oriental¹⁷ apresentava o melhor padrão de vida dentro do comunismo, graças a um período de crescimento econômico, obviamente quando comparado aos demais aliados da ex-URSS. Entretanto, sua população precisava trabalhar muito mais que os seus irmãos da Alemanha Ocidental para que fossem adquiridos os mesmos produtos. O abismo entre as duas Alemanhas aumentava, o que impunha pressões sobre o governo oriental. Ainda em 1987, a Alemanha Oriental abrandou algumas de suas duras leis e consentiu que os trabalhadores solicitassem uma autorização para, mediante comprovação de parentesco, realizar visitas aos seus familiares no lado Ocidental por, no máximo, trinta dias. Curiosamente, ao longo do primeiro ano, tais visitas foram muito breves, pois os viajantes tinham ciência de que seus parentes que haviam permanecido no lado oriental, eram, na verdade, reféns. Entretanto, outros regressavam rapidamente porque realmente preferiam a vida na Alemanha Oriental, tendo em vista que se sentiam orgulhosos das conquistas do comunismo quando comparadas com as da Alemanha nazista (BLAINEY, 2010).

Segundo Blainey (2010), o número de dissidentes, inflamados pela política de Gorbachev e impulsionados pelo nacionalismo, crescia na Europa Oriental. A Polônia, que

¹⁷ Os nomes oficiais das Alemanhas eram: República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) e República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). A fim de facilitar o entendimento do leitor, utilizaremos, neste trabalho, as expressões “Alemanha Oriental” e “Alemanha Ocidental”.

vivia graves dificuldades econômicas, decidiu realizar eleições livres, em que o contestador sindicato Solidariedade conquistou, com grande maioria de votos, todos os cargos que disputou. Em agosto de 1989, o referido sindicato recebeu o convite do partido comunista para juntar-se a eles no governo. Outros Estados do Leste Europeu passariam a não receber, como no passado, o suporte militar da ex-URSS, conforme Gorbachev esclareceu ao longo dos anos iniciais de governo, ao determinar a retirada de suas tropas da Hungria e da ex-Tchecoslováquia. Ademais, Moscou sofria a resistência de duas grandes repúblicas soviéticas - Cazaquistão e Ucrânia, o que prejudicava a capacidade soviética de intervir nos assuntos internos de outros Estados comunistas. Outro fator importante foi o fim da censura oficial, permitindo que as notícias alusivas aos protestos em determinados países comunistas viajassem velozmente para outros, incentivando ainda mais os movimentos separatistas.

Em 7 de novembro de 1989, os gritos de protesto ouvidos em Moscou ecoaram na Alemanha Oriental. O Conselho de Ministros, com 42 membros, decidiu renunciar (um ato jamais visto pelo comunismo) e houve a promessa de que eleições livres seriam convocadas. Dois meses antes, o mundo presenciou o conhecido massacre da Praça da Paz Celestial, em Pequim, na China, e muitos europeus orientais passaram a temer uma severa repressão comunista, acarretando um grande fluxo de pessoas. Em 8 de novembro de 1989, o governo da Alemanha Oriental anunciou que o povo estava livre para sair do país. No dia seguinte, o muro de Berlim começou a ser derrubado. Acreditou-se, inicialmente, que a Alemanha Oriental livre seria uma nação independente, com um governo democrático. Contudo, antes do Natal de 1989, os chefes de Estado das duas Alemanhas realizaram reuniões formais para discutir o futuro de seus países. Helmut Kohl (1930-2017), chanceler da Alemanha Ocidental, anunciou que o objetivo era promover a unificação da nação alemã, o que ocorreu em 3 de outubro de 1990. A repercussão dos eventos de 1989 e 1990 no Leste europeu foi avassaladora. Os governos comunistas estavam ruindo e os movimentos nacionalistas

reivindicaram independência. Estônia, Lituânia e Letônia libertaram-se da ex-União Soviética e a antiga Iugoslávia dividiu-se em Estados independentes (BLAINEY, 2010).

Diante da irreversibilidade da situação supramencionada, a ex-União Soviética deixou de existir em 1991, dando lugar à Rússia e várias outras repúblicas, como Geórgia, Ucrânia e Cazaquistão. Terminava, portanto, a Guerra Fria. Passaremos, a partir de agora, a trazer algumas informações sobre a presença das superpotências e de outros atores do SI na Antártica, durante o contexto temporal recém-analisado.

4.3 EUA, ex-URSS e outros atores do SI na Antártica

Durante a Guerra Fria, o posicionamento das superpotências no que diz respeito às questões antárticas tornou-se primordial para o futuro do sexto continente. Os norte-americanos, até então enigmáticos quanto aos seus interesses na região, conceberam a expedição antártica de maior vulto da história: a operação *High Jump*. Realizada entre agosto de 1946 e fevereiro de 1947, e liderada pelo Contra-Almirante Richard Byrd (1888-1957), empregou 13 navios, 33 aeronaves e, aproximadamente, 4.500 militares. Devemos analisar o porquê desse súbito interesse estadunidense. Aparentemente, os EUA almejavam somente incrementar seus estudos científicos alusivos ao local. Todavia, documentos posteriormente revelados evidenciaram que o interesse-mor norte-americano consistia em intensificar o adestramento em operações navais em áreas polares, tendo em vista a possibilidade de uma ofensiva soviética via Oceano Ártico (DAY, 2013).

Segundo Day (2013), em 1954, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA debruçou-se sobre a questão do interesse no continente antártico. Por meio do Memorando NSC 5424/162, de 16 de julho de 1954, foi estabelecido que, à época, tal continente apresentava pouca ou nenhuma importância econômica e somente uma pequena relevância estratégica, sendo apenas enfatizado o grande potencial científico da região. Ademais,

admitiu-se a possibilidade de a Antártica possuir outros valores potenciais não mensuráveis no momento, mas que poderiam aflorar à medida que a exploração científica e a tecnologia fossem desenvolvidas. No aludido memorando, foram delineadas as seguintes posturas: o não reconhecimento de algumas das reivindicações territoriais antárticas efetuadas por alguns Estados e a explicitação do interesse estadunidense pelo continente gelado como um todo; o apoio às pesquisas científicas, por intermédio de expedições e da construção de estações científicas de caráter permanente; a procura por parcerias com Estados que respeitassem (mas sem reconhecer) o direito dos que já tinham pleiteado territórios na região; a diminuição das tensões acerca da disputa territorial supramencionada; e a liberdade integral para a consecução de pesquisas científicas, observando, inclusive, a partilha dos resultados alcançados. Cumpre-nos salientar que, em outro trecho desse memorando, nota-se ainda a clara e manifesta intenção dos EUA de expurgar seu maior rival e seu bloco aliado das questões antárticas.

Em setembro de 1955, ao tomar conhecimento de que a ex-URSS realizaria uma expedição antártica no decorrer do AGI, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA tornou a debater o assunto, apresentando, em janeiro de 1956, o Memorando NSC 5528, em que torna a cogitar a possibilidade de reivindicação de certa parcela da Antártica. O presidente norte-americano Eisenhower não aprovou o documento, porém ordenou que o Departamento de Estado promovesse conversações com os outros Estados interessados no sexto continente, de modo que se estabelecesse algum entendimento acerca da governança dele, observando-se, contudo, o estipulado pelo Memorando NSC 5424/1 (DAY, 2013). Segundo Chaturvedi (1996), a iniciativa norte-americana de promover uma internacionalização da Antártica está intimamente relacionada à contenção estratégica da ex-URSS, tendo em vista que as ações soviéticas poderiam ser mais facilmente monitoradas pelos demais Estados.

Vale ressaltar que, como preparação para a sua participação no AGI, os EUA promoveram as expedições científicas antárticas *Deepfreeze I* (1955-56) e *Deepfreeze II* (1956-57), viabilizadas por meio do apoio logístico prestado pela sua Marinha. Diante do sucesso de tais expedições, foi inaugurada, em fevereiro de 1956, a estação científica norte-americana de *Mc Murdo*¹⁸ (FIG.5), até os presentes dias a maior estação na Antártica, que possui a capacidade de abrigar até 1.300 pessoas. Em seguida, os EUA construíram a estação científica de *Amundsen-Scott*¹⁹, situada precisamente no Polo Sul Geográfico (FIG.6) (DAY, 2013). Ressalta-se, ainda, a construção da estação antártica estadunidense *Palmer*²⁰, em 1968.

Na década de 1960, um fato relevante na governança antártica foi a instalação da planta nuclear de média potência para geração de energia na estação norte-americana de

¹⁸ A estação *Mc Murdo* é o centro logístico do Programa Antártico dos EUA, englobando um cais, faixas de aterrissagem no gelo marinho e um heliponto. Suas construções variam em tamanho, desde uma pequena cabana utilizada para comunicações via rádio até grandes estruturas de três andares. Oficinas, dormitórios, prédios administrativos, um quartel, usina de energia, usina de destilação de água, cais, lojas, clubes, armazéns e um laboratório de primeira classe estão interligados por linhas de água, esgoto, telefone e energia. Em tal estação são realizadas pesquisas nas seguintes áreas: astrofísica; biologia; medicina; geologia; geofísica; glaciologia; geologia glacial; meteorologia; e oceanografia. Detalhes disponíveis em: <https://www.nsf.gov/geo/opp/support/mcmurdo.jsp>. Acesso em: 23 jun. 2018.

¹⁹ A estação *Amundsen-Scott* foi construída a fim de apoiar os pesquisadores durante o AGI, sendo as obras iniciadas em novembro de 1956 e concluídas em fevereiro de 1957. À medida que o interesse pela pesquisa antártica aumentava, ficou evidente que era necessário um novo projeto e uma estação maior. Em 1975, a área central da estação foi reconstruída como uma cúpula geodésica de 50 metros de largura e 16 metros de altura, com arcos de aço de 14 a 24 metros, cobrindo edifícios modulares, câmaras de combustível e equipamentos. Edifícios isolados abrigavam instrumentos para monitorar a atmosfera superior e inferior e para projetos numerosos e complexos em astronomia e astrofísica. A instalação da cúpula foi projetada para abrigar 18 cientistas e pessoal de apoio, durante o inverno, e 33, durante o verão austral. Entretanto, ao longo das décadas seguintes, foram realizadas outras obras de ampliação e modernização das instalações. Atualmente, a estação possui um Observatório de Pesquisa Atmosférica, o Observatório Martin A. Pomerantz para astrofísica e sistemas de computador para pesquisa e comunicação, incluindo acesso à Internet. Recolheu o mais longo conjunto contínuo de dados meteorológicos do vasto planalto de gelo interior da Antártica. As principais áreas do conhecimento pesquisadas nessa estação são: astronomia; astrofísica; glaciologia; geofísica; sismologia; meteorologia; oceanografia; e biologia. Maiores detalhamentos em: <https://www.nsf.gov/geo/opp/support/southp.jsp>. Acesso em: 23 jun. 2018.

²⁰ A estação *Palmer*, construída em rocha sólida, consiste em dois edifícios principais e três pequenos, além de dois grandes tanques de combustível, um heliporto e um cais. A construção foi concluída em 1968, substituindo uma estrutura de madeira pré-fabricada ("Old Palmer", estabelecida em 1965), a dois quilômetros de distância de Arthur Harbour. *Old Palmer* foi desmontada e removida da Antártica. A estação *Palmer* está privilegiadamente localizada para estudos biológicos de aves, focas e outros componentes do ecossistema marinho antártico, possuindo um laboratório grande e amplamente equipado, além de aquários de água do mar. Na referida estação são desenvolvidas pesquisas nos seguintes campos: meteorologia; oceanografia; astrofísica, glaciologia; e biologia. Outras informações em: <https://www.nsf.gov/geo/opp/support/palmerst.jsp>. Acesso em: 23 jun. 2018.

McMurdo, cujo fornecimento de energia iniciou-se em julho de 1962. Sua desativação ocorreu em 1972, depois de várias situações de vazamento radiativo além dos níveis aceitáveis, da contaminação da água utilizada no processo e da pouca confiabilidade do sistema de uma maneira geral. Em cumprimento ao Tratado Antártico, todo o material anteriormente empregado na planta nuclear foi transportado para o continente estadunidense, sendo tal operação somente encerrada em 1979 (REID, 2014).

De acordo com Brady (2013), vale frisar a liderança estadunidense nas questões envolvendo a preservação ambiental antártica. Durante a terceira *Antarctic Treaty Consultative Meetings* (ATCM), ocorrida em Bruxelas, Bélgica, em 1964, as principais pautas debatidas foram o uso racional da fauna e da flora antárticas, bem como o incentivo às pesquisas científicas na região, sendo tais medidas consolidadas pelo Ato de Conservação Antártica de 1978.

Ressaltando o papel de principal líder por ocasião da criação do Tratado Antártico, mencionado desde o capítulo anterior, vale lembrar que os EUA foram o quinto Estado a ratificar tal tratado e que o chefe da delegação estadunidense foi eleito como presidente permanente da Conferência de Negociações na Antártica (BRADY, 2013).

Segundo Brady (2013), os interesses dos EUA eram (e continuam sendo): manter a região antártica como sendo destinada somente para fins pacíficos; preservar e empreender a pesquisa científica na região, a fim de que os sistemas geofísicos e ambientais da região e do planeta sejam compreendidos mais eficazmente; proteger o meio-ambiente antártico e seus ecossistemas; e garantir a preservação e o manejo sustentável do oceano antártico.

Passando agora às ações da outra superpotência, em 1946, portanto às vésperas do início da Guerra Fria, a ex-URSS tornou a organizar uma expedição à Antártica, 127 anos após a última: a *Slava Flotilla*, que, teoricamente, apresentava tão somente um viés econômico alusivo à caça de baleias. Entretanto, o Estado soviético objetivava garantir sua

participação em quaisquer discussões internacionais acerca da Antártica, afinal, foram eles que puseram os pés nesse continente pela primeira vez, conforme já relatado nesta pesquisa. O governo soviético deixou claro ao mundo que suas atividades antárticas eram um de seus componentes primordiais (além dos programas espaciais e nucleares) de seu *status* de superpotência (BRADY, 2013).

Contudo, no início da década de 1950, a Guerra da Coreia (1950-1953) terminou impedindo quaisquer acordos antárticos com a participação da ex-URSS. Entretanto, findo o conflito coreano, conjuntamente com o falecimento de Stalin em 1953, tal quadro evoluiu favoravelmente aos soviéticos, cujos cientistas postulavam a participação no AGI (GAN, 2010). Tendo em vista sua *expertise* em operações no Ártico, os soviéticos ergueram as duas grandes estações científicas *Mirny*²¹ e *Vostok*²² (FIG.7 e 8, respectivamente), além de outras cinco menos relevantes. A *performance* obtida pelos soviéticos durante o AGI foi tão significativa que ajudou a engrandecer sua reputação no SI, ainda mais porque, à época, também ocorria a chamada “corrida espacial” (incluída nos eventos do AGI), sendo o pioneirismo soviético representado pelo lançamento do satélite *Sputnik*, em 04 de outubro de 1957 (BRADY, 2013).

De acordo com Brady (2013), a ex-URSS tornou-se membro do Tratado Antártico em 1959, possuindo objetivos expansionistas na região. O suporte logístico era provido por fábricas soviéticas e os programas científicos eram executados por várias instituições de

²¹ A estação *Mirny*, inaugurada em 1956, é a principal base de estudos russos (outrora soviéticos) na Antártica. Uma das principais funções da estação é fornecer suporte para as atividades na estação *Vostok*. Nos últimos anos, os suprimentos foram entregues à *Vostok* a partir de *Mirny* por meio de veículos de transporte. Um grupo sinótico permanente na estação fornece dados prognósticos para travessias de transporte ao longo da rota *Mirny-Vostok-Mirny*, operações de carga perto do gelo e nas aproximações durante o período de navegação, bem como para outras operações. Outras informações em: http://www.aari.aq/default_en.html. Acesso em: 23 jun. 2018.

²² A estação *Vostok* foi inaugurada em 16 de dezembro de 1957 e abarca as seguintes atividades de pesquisa: observações meteorológicas e actinométricas; medições da linha de neve; medições do teor total de ozônio e observações dos fenômenos anômalos na atmosfera; observações geomagnéticas, incluindo estudos de ionosfera e observações de variações do campo elétrico atmosférico; e perfuração profunda do manto de gelo da Antártica, o que acarretou a descoberta de um lago subglacial cujo estudo é continuado. Maiores esclarecimentos em: http://www.aari.aq/default_en.html. Acesso em: 23 jun. 2018.

pesquisa. No início dos anos 1990, entretanto, com os indícios da dissolução da ex-URSS, as atividades antárticas foram interrompidas, havendo, inclusive, uma expectativa de encerramento definitivo das mesmas, o que acabou não ocorrendo.

Passaremos agora a tratar as questões antárticas sob uma ótica mais abrangente, abarcando outros atores relevantes do SI, dentro do contexto temporal escolhido para a pesquisa.

O Tratado Antártico também preconizava que houvesse reuniões regulares entre os seus membros, nas quais as decisões eram tomadas consensualmente. A primeira ATCM ocorreu de 10 a 24 de julho de 1961, em Canberra, Austrália. Daí em diante, passou a ocorrer a cada biênio (até 1994, quando passou a ser anual) (FERREIRA, 2009).

Outro fato relevante foi que, antes mesmo da ratificação por todos os 12 Estados, a Polônia já aderira ao Tratado, em junho de 1961. Tal adesão, entretanto, não ocorreu simultaneamente com a alteração para o *status* de membro consultivo, tendo em vista que essa condição dependia do estabelecimento de sua estação científica no continente, o que só se concretizou em 1977, com a inauguração da estação de *Arctowski*, localizada na ilha Rei George, na Baía do Almirantado. Sendo assim, a Polônia tornou-se o primeiro Estado a ser elevado à categoria de membro consultivo, após os 12 que celebraram o Tratado em 1959. A adesão polonesa foi seguida pela ex-Tchecoslováquia em 1962, a exemplo da Polônia, aliada da ex-URSS; e a da Holanda, em 1967, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelos EUA (REID, 2014).

Figurando também como atores importantes, Argentina, Austrália e Chile eram os que mais veementemente se pronunciavam sobre a questão territorialista nas ATCM, ocasião em que recebiam pressões consideráveis dos soviéticos, que almejavam a abertura da referida pauta a outros Estados. A Austrália, particularmente, estava sobressaltada com a presença da ex-URSS na Antártica, tendo em vista a proximidade geográfica entre os dois territórios

(antártico e australiano), frente à possibilidade da instalação de bases soviéticas que poderiam ser empregadas para o lançamento de mísseis com alcance suficiente para alvejar seu continente (DOBRANSKY, 2014).

Como relembra Brady (2013), vale citar um Estado com grande interesse na Antártica: a Nova Zelândia. Tendo em vista a proximidade de seus continentes, há uma estreita relação histórico-geográfica entre eles, evidenciada pelas árvores fossilizadas encontradas no continente gelado, relacionadas às florestas de faias neozelandesas. A Nova Zelândia é um dos locais mais próximos e favoráveis que podem servir como ponto de partida para uma expedição ao interior antártico. Ao contrário da maioria dos Estados antárticos, aos pesquisadores neozelandeses basta embarcar em um avião para visitar a Antártica, tendo a possibilidade de fazerem estadias curtas e frequentes, em vez de passarem uma temporada inteira lá. Várias expedições antárticas importantes, tais como as chefiadas pelo pioneiro russo Fabian Bellinghausen, partiram da Nova Zelândia ou passaram por lá no regresso, tendo, na maioria das vezes, a participação de neozelandeses em suas tripulações. Destaca-se a construção da Base *Scott*, em 1957, inicialmente para servir de depósito para a Expedição Britânica Transantártica e para as atividades científicas do AGI, passando a ser uma estação científica permanente em 1959 e sendo reconstruída no período de 1976 a 1977.

Dentre os eventos da década de 1960, vale citar os primeiros movimentos rumo à criação do *Council of Managers of National Antarctic Programs* (COMNAP), relevante organização na governança antártica. Inicialmente, cumpre-nos mencionar que em 1960, na reunião do SCAR, houve a concepção de um grupo de trabalho que viria a gerenciar, sob o enfoque logístico, os 12 programas antárticos, sendo o primeiro simpósio destinado a esse fim realizado nos EUA, em 1962. Tendo em face o incremento do interesse pelo continente antártico, mormente ao final do decênio de 1970, os Estados vislumbraram a utilidade de se instaurar um órgão exclusivo para cuidar da coordenação da logística dos programas

antárticos. Sendo assim, em setembro de 1988, ocorreu a primeira reunião do COMNAP, na Austrália (WRATT, 2013).

Como cita Ferreira (2009), chegando à década de 1980, constatamos conversações mais direcionadas à regulamentação da exploração mineral na Antártica, que indicaram uma provável revisão do Tratado Antártico em 1991, o que não aconteceu. Contudo, como já vimos anteriormente, tal anseio foi atendido pelo Protocolo de Madri, marco importante da governança antártica. Apesar das preocupações unânimes com a questão ambiental, que poderia ser afetada caso não houvesse a regulação imposta pelo Protocolo supracitado, o interesse econômico jamais foi esquecido. Em 1972, durante a ATCM VII, na Nova Zelândia, houve a primeira abordagem oficial sobre a pauta da exploração mineral, mas não houve consenso e o debate foi adiado para a ATCM posterior. Tal assunto já poderia ter sido abordado na ATCM anterior, ocorrida em 1970, no Japão, porém a Argentina e a Austrália se opuseram, utilizando-se do argumento de que tal discussão envolveria a complicada questão alusiva à soberania dos Estados-Partes do Tratado.

A crise do petróleo de 1973, aliada às suspeitas da existência de petróleo e gás ao sul das Ilhas Malvinas, suscitou uma maior atração pelo assunto em tela, tornando-o presente nas ATCM posteriores, até culminar na *Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities* (CRAMRA), assinada em 1988, na Nova Zelândia, que, em virtude da pressão mundial no tocante à preservação do meio ambiente, não entrou em vigor, tendo em vista a não ratificação por todos os Estados-Membros, em um movimento guiado por França e Austrália, principalmente (DAY, 2013).

Segundo Day (2013), houve outras convenções relevantes, já brevemente comentadas: a CCAS, assinada em Londres, Inglaterra, em 1972, mas vigorando somente em 1978, sendo considerada a primeira com um viés preservacionista, que visava à proteção das focas, caçadas inadvertidamente durante vários anos; e a CCAMLR, ocorrida em 1980, na

Austrália, e que entrou em vigor em 1982, sendo mais abrangente que a CCAS, pois abarcava em sua agenda a preservação de outras espécies, tais como o *krill*.

Em linhas gerais, a principal questão envolvendo os atores do SI na Antártica foi, e continua sendo, a territorial (FIG.9). Nesse viés, a posição norte-americana, tanto no contexto temporal estudado, quanto hoje, não se modificou: as áreas de terras cobertas de gelo abarcadas pelas reivindicações não envolvem territórios soberanos legalmente possuídos por seus governos reclamantes e, portanto, não se credenciam como direitos válidos de soberania ou propriedade nacional. Tal posicionamento baseia-se na crença de que os governos demandantes não possuem a capacidade necessária para a ocupação efetiva dos espaços pleiteados, um critério essencial para se determinar a propriedade soberana de um território (BRADY, 2013).

Como lembra Brady (2013), há, entretanto, uma pergunta ainda sem resposta, ou seja, não se chegou a um consenso em nenhuma das ACTM: a despeito de o parágrafo 2º do Artigo IV do Tratado Antártico preconizar que nenhuma reivindicação nova ou ampliação de uma anteriormente elaborada atinente à soberania de territórios antárticos será aceita enquanto o Tratado estiver em vigor, pode-se considerar um pleito realizado junto à Comissão sobre os limites da Plataforma Continental (CLCS) das Nações Unidas, alusivo à Plataforma Continental externa da costa da Antártica, como sendo uma nova ou ampliada reivindicação territorial?

Tendo em face o supracitado, cabe-nos analisar o que foi pesquisado até o momento. Procuraremos, pois, sintetizar o que foi abordado no tocante à interseção entre Antártica e Guerra Fria, confrontando a Teoria Neorrealista com as ações adotadas por EUA e ex-URSS, a fim de evidenciarmos a relevância de seus papéis dentro do SI durante o *zeitgeist* pesquisado.

5 CONCLUSÃO

Após efetuarmos a pesquisa proposta, é chegado o momento de respondermos à pergunta elaborada sobre os alicerces da hipótese formulada no início do trabalho: as ações realizadas pelas superpotências na Antártica, durante a Guerra Fria, foram adotadas em consonância com a Teoria Neorrealista?

No segundo capítulo, ao analisarmos a teoria Neorrealista, ficou claro que, sob a ótica waltziana, tanto a terceira imagem como o terceiro pilar estrutural exercem o papel mais importante na explicação das causas dos conflitos e na compreensão da política internacional, respectivamente. Ou seja, o próprio SI e as capacidades de seus atores sobrepujam as características pessoais do líder, a situação interna e o papel de um Estado dentro do referido Sistema, tendo em vista que o ambiente anárquico proporcionado pela Paz de Westfália gerou uma igualdade de condições entre os Estados.

No terceiro capítulo, abordamos as principais características da Antártica, com o intuito de compreendermos o porquê do interesse dos Estados em um local tão inóspito. Ainda que, em virtude das dificuldades meteorológicas e logísticas impostas, não tenhamos todas as informações acerca do potencial da região, é notório que os objetivos dos Estados vão muito além da pesquisa científica. A posição geoestratégica e, principalmente, as riquezas minerais ainda inexploradas, além da fauna altamente lucrativa, explicam plenamente a motivação das reivindicações territoriais apresentadas.

No capítulo quatro, exploramos a Guerra Fria e as ações na Antártica durante tal período. Ao entendermos as origens do conflito, bem como os diferentes pontos de vista de EUA e ex-URSS, possibilitou-nos compreender melhor as ações e posturas adotadas por seus líderes, fazendo-nos concluir que tal disputa era inevitável. Dentro de um SI bipolar, tendo em vista que nenhum outro Estado tinha capacidade para alterar tal quadro, ficou evidente que um gigante não poderia ficar defasado em relação ao outro por muito tempo. Tal assertiva serve tanto para as corridas espaciais e armamentistas quanto para as questões antárticas.

Confrontando as ações de EUA e ex-URSS com a Teoria Neorrealista, inicialmente dentro de uma abordagem geral do conflito, percebemos que as capacidades políticas, econômicas e militares das superpotências (terceiro pilar estrutural) e o comportamento do SI (terceira imagem) exerceram o papel preponderante. No entanto, cumpre-nos salientar que dentro de um SI anárquico bipolar, em que os adversários, além da autoajuda, ainda exerciam a função de apoiar seus blocos aliados (primeiro e segundo pilares estruturais, respectivamente), as características pessoais de líderes como Kennedy, Kruchev, Reagan e Gorbachev (primeira imagem), que atuaram decisivamente em momentos cruciais do conflito, bem como as situações internas dos dois Estados, estáveis na maior parte do conflito nos EUA e instáveis na ex-URSS, também tiveram um papel relevante (segunda imagem).

Tais assertivas ficaram evidentes quando analisamos, no capítulo quatro, as atuações dos principais líderes de ambas as partes, a situação interna das superpotências (especialmente a da ex-URSS no governo Gorbachev) e a atuação do SI, como por exemplo, na insurgência dos Estados comunistas e de algumas repúblicas soviéticas em episódios relevantes, tais como: a Crise dos Mísseis em Cuba; o acordo desarmamentista entre Reagan e Gorbachev; a queda do muro de Berlim; e o fim da ex-URSS.

Especificamente no caso das ações das superpotências na Antártica, podemos afirmar que a liderança norte-americana com relação ao AGI, ao SCAR e ao Tratado Antártico, com sua política de estagnação das reivindicações territoriais, além da sua tentativa de excluir os soviéticos dos assuntos antárticos e a consequente resposta de Moscou com a *Slava Flotilla* e o estabelecimento de suas bases, são um espelho do contexto geopolítico-diplomático da Guerra Fria. Tais comportamentos foram adotados dentro do que foi descrito no penúltimo parágrafo, ou seja, as capacidades das aludidas superpotências dentro do SI funcionaram como as forças-motrizes de suas políticas para a Antártica. Sendo assim, já

temos condições de responder à pergunta que norteou este trabalho. Sim, as ações adotadas pelos EUA e pela ex-URSS na Antártica, durante a Guerra Fria, estavam em consonância com a Teoria Neorrealista de Waltz.

Por fim, cabe-nos sugerir uma proposta de estudo. Atualmente, alguns autores têm usado uma expressão um tanto quanto assustadora: Nova Guerra Fria. Seria um conflito corrente, nos moldes do que analisamos nessa pesquisa. Entretanto, na nossa opinião, há um exagero em tal teoria. A Rússia de hoje não pode ser comparada à ex-URSS. A disparidade frente aos EUA sob vários aspectos, não nos permite acreditar em um conflito com a mesma magnitude da Guerra Fria. Contudo, é possível realizarmos a seguinte reflexão: o Protocolo de Madri será debatido e poderá ser revisto em 2048. Em 30 anos, muitos fatos podem levar os Estados a mudarem de opinião quanto à exploração mineral na Antártica, principalmente em decorrência do provável desenvolvimento de tecnologias e de carências energéticas, por exemplo. Vale lembrar que em um intervalo de tempo semelhante experimentamos o fel de duas Guerras Mundiais. Analisando o presente e projetando a situação do SI para o contexto temporal supracitado, é razoável imaginar, à luz do terceiro pilar estrutural neorrealista, dois grandes protagonistas: EUA e China. O “dragão chinês” vem alçando voos cada vez mais altos sobre várias regiões do planeta, tais como a própria Ásia, o Pacífico, a África e também sobre o Ártico. Atualmente, podemos dizer que o “dragão” está sobrevoando e observando o que se passa no sexto continente. Quem sabe, daqui a 30 anos, ele não decidirá fincar suas garras também na Antártica?

REFERÊNCIAS

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010.

BRADY, Anne-Marie (Ed.). **The emerging politics of Antarctica**. New York: Routledge, 2013.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. **EUA, URSS: o grande desafio**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CHATURVEDI, Sanjay. **The Polar Regions. A Political Geography**. Baffins Lane, Chichester/England: John Wiley & Sons Ltd., 1996.

COELHO, Aristides Pinto. **Nos confins dos três mares...: a antártida**. Rio de Janeiro: Letras em Marcha; Federação das Faculdades Celso Lisboa, 1982.

DAY, David. **Antarctica: a biography**. New York: Oxford University Press, 2013.

DOBRANSKY, Steve. **The return of Antarctica and the origins and future of political conflict: The Eisenhower Administration's Formulation of U.S. Antarctic Policy, 1953-1959**. Revista American Diplomacy, da North Carolina University, mar. 2014. Disponível em: http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2014/0105/ca/dobransky_antarctica.html. Acesso em: 20 mai. 2018.

FERREIRA, Felipe R.G. **O sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2009.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2006.

GAN, Irina. **Assault on the Interior: establishing the IGY Soviet Antarctic Inner Continental Stations**. In: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). The history of the international polar years. Berlim: Springer, cap. 10, p. 246-257, 2010.

HENRIQUES, Elber de Mello. **Uma visão da Antártica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

LEWIN, Moshe. **O século soviético**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2007.

LUKACS, John. **Uma nova república: história dos Estados Unidos no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MENEZES, Euripedes Cardoso de. **Antártica: interesses internacionais**. Rio de Janeiro: ESG, 1972.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. Título original: Politics among nations: the struggle for power and peace. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

NUNES, Rangel Marcomedes. **O Brasil na Antártica: mais de vinte anos no mundo gelado**. Rio de Janeiro: Régis Aló, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 2.ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

REID, Tyler. **Nuclear power at McMurdo station, Antarctica**. Trabalho apresentado no PH 241 Course da Stanford University, 2014. Disponível em: <http://large.stanford.edu/courses/2014/ph241/reid2/>. Acesso em: 22 mai. 2018.

VESENTINI, José W. **Novas Geopolíticas**. 3.ed. São Paulo : Contexto, 2004.

VIEIRA, Friedrich Brum. **O Tratado da Antártica: perspectivas Territorialista e Internacionalista**. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, Universidade de São Paulo, v.2, n.5, p. 49-82, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2006_2_2.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

WALTZ, Kenneth Neal. **O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of International Politics**. 4th ed. Boston: McGraw-Hill, 1979.

WILSON JR., Thomas Williams. **Guerra fria e bom senso**. Rio de Janeiro: Ipanema, 1964.

WRATT, Gillian. A story of Antarctic co-operation: 25 years of the council of Managers of National Antarctic Programs. Christchurch, NZ: COMNAP, 2013.

ILUSTRAÇÕES

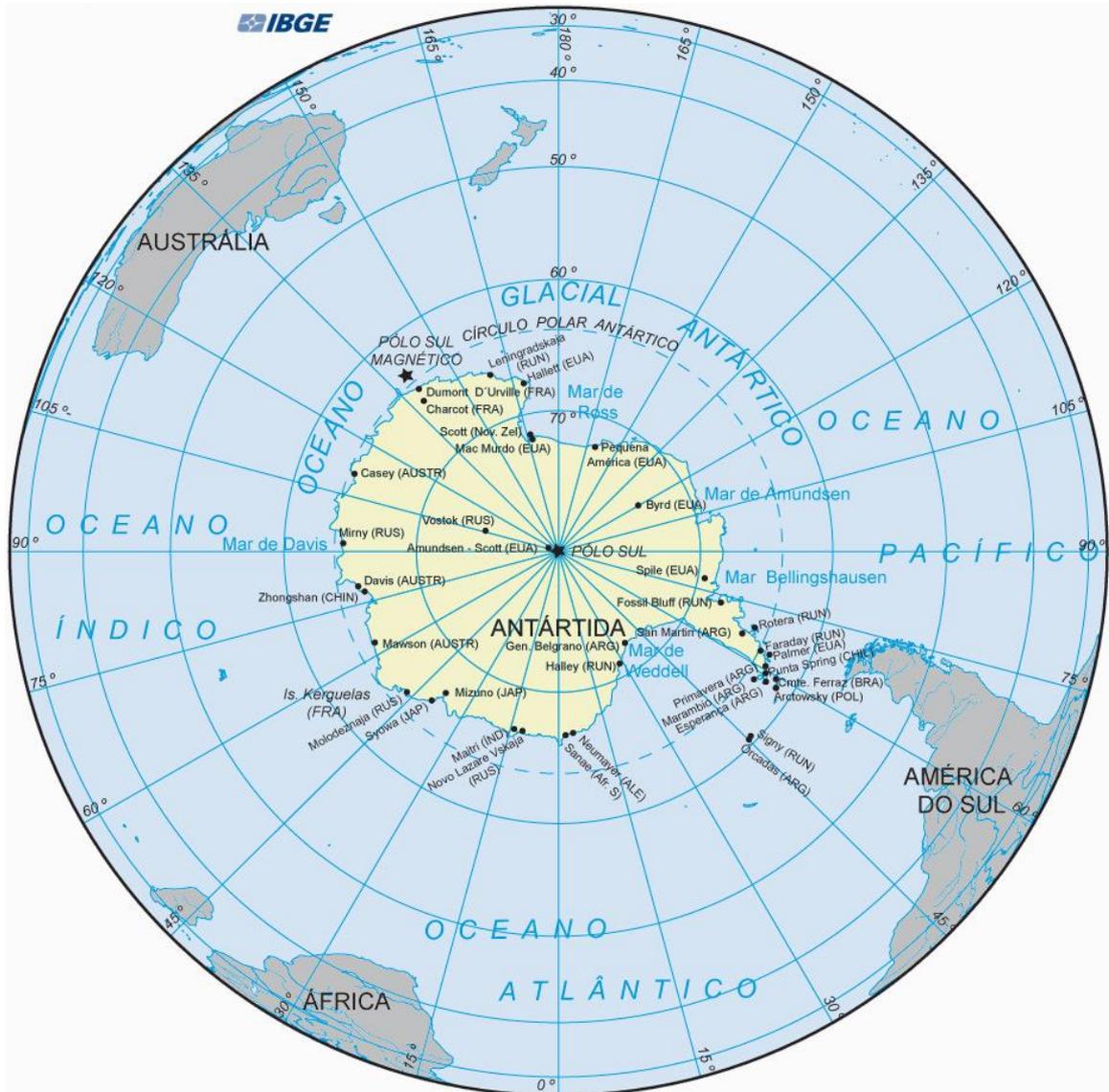


FIGURA 1 - Mapa da Antártica.

Fonte: <<http://www.guiageografico.com/antartica/mapa-bases.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

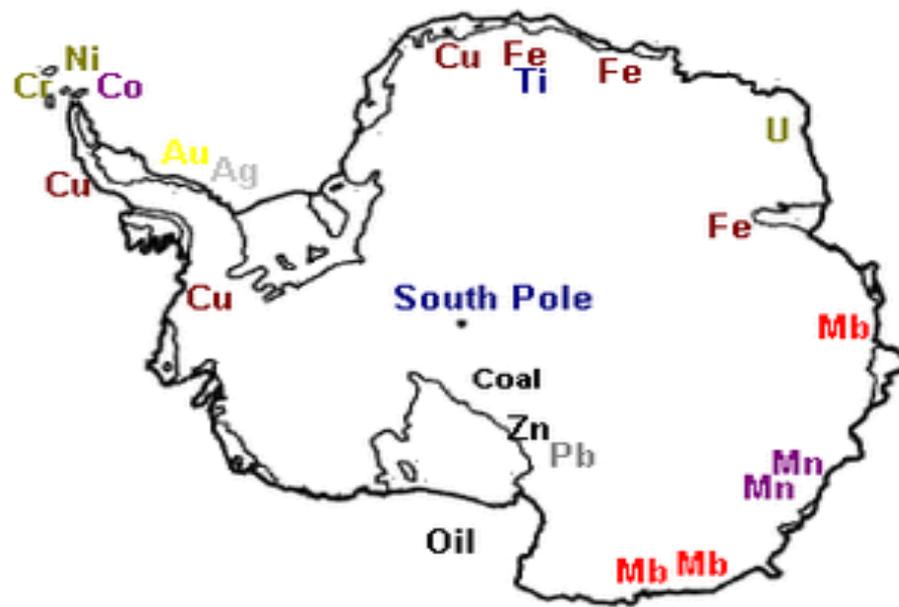


FIGURA 2 - Densidade global de Rotas Marítimas Comerciais.

Fonte: <http://www.deno.oceanica.ufrj.br/deno/prod_academic/relatorios/2015/Peixoto/relat1/relat1.html>.
Acesso em: 06 jun. 2018.



FIGURA 3 - Mapa ilustrativo de depósitos de minerais existentes na Antártica.
Fonte: NUNES, 2005, p. 27.



Ag - Silver
Au - Gold
Co - Cobalt
Cu - copper
Cr - Chromium
Fe - Iron
Mb - Molybdenum
Mn - Manganese
Ni - Nickel
Pb - Lead
Ti - Titanium
U - Uranium
Zn - Zinc

FIGURA 4 - Depósitos de minerais disponíveis na Antártica.
 Fonte: <<http://antarcticauncovered.weebly.com/mining.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.



FIGURA 5 – Estação antártica norte-americana *Mc Murdo*, em 1969.
 Fonte: < <https://www.gettyimages.pt/license/588963957> >. Acesso em: 06 jun. 2018.

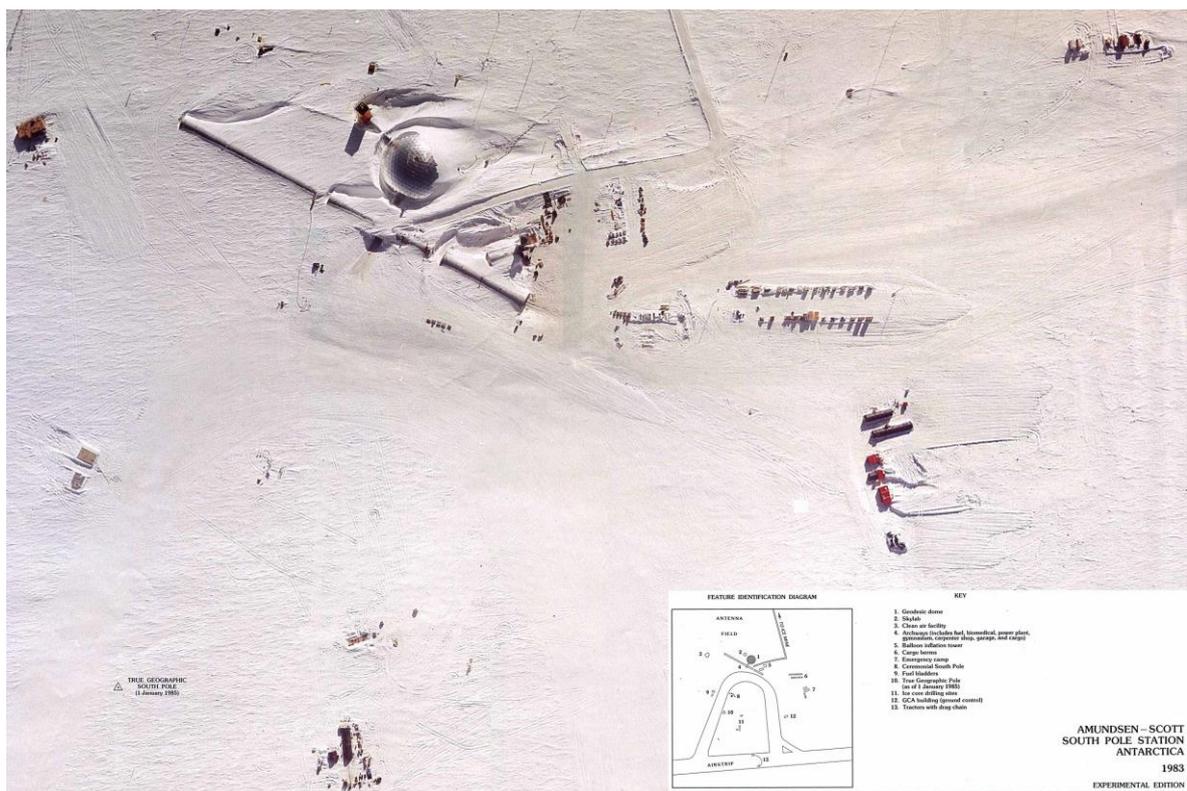


FIGURA 6 – Tomada aérea da Estação antártica norte-americana *Amundsen-Scott*, em 1983.
 Fonte: < <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e1/Pole-from-air.jpg> >. Acesso em: 06 jun. 2018.



FIGURA 7 – Foto noturna da Estação antártica russa (outrora soviética) *Mirny*, em 1985.
Fonte: <<http://mapio.net/o/2986872/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.



FIGURA 8 – Tomada aérea da Estação antártica russa (outrora soviética) *Vostok*.
Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Wostok-Station_core32.jpg>. Acesso em: 06 jun. 2018.

